

MUNICÍPIO DE FÁTIMA-TO

CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 422/2026

**CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S)
ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE
PNEUS E CÂMARA DE AR PARA A FROTA
MUNICIPAL, PARA ATENDER AS
NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL
E FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE,
EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
FÁTIMA – TO.**

CHAMAMENTO PÚBLICO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Inexigibilidade de Licitação nº 007/2026

Edital de Chamamento Público para Credenciamento de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de PNEUS E CÂMARA DE AR PARA A FROTA MUNICIPAL, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social de Fátima – TO, nos termos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Recebimento das Solicitações de Credenciamento

Através da plataforma www.licitanet.com.br			
Período: O recebimento das solicitações de credenciamento e da documentação ocorrerá a partir de 10/04/2026, as 08h00, na plataforma acima indicada.			
Esclarecimentos:	Pedidos	de	esclarecimentos
	poderão	ser	enviados para o e-mail
cpl@fatima.to.gov.br , ou pelo telefone 63 3365-1337.			
Legislação: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas regulamentações.			

O MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO através do Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.114.801/0001-88, com sede à Rua Porto Alegre Nº 179 Centro Fátima - TO, Juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social, torna público, para conhecimento dos interessados, que está realizando **CHAMAMENTO PÚBLICO**, com utilização do procedimento auxiliar Credenciamento de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de PNEUS E CÂMARA DE AR PARA A FROTA MUNICIPAL, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social de Fátima – TO, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021.

1. DO OBJETO DA DEFINIÇÃO E DOS ITENS;

1.1 É objeto do presente Edital o Credenciamento de empresas especializadas, visando a **Credenciamento de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de PNEUS E CÂMARA DE AR PARA A FROTA MUNICIPAL, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social de Fátima - TO**, nos termos e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

1.3 O critério de seleção é o previsto no **art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;**

1.4 A forma de execução dos serviços, seus quantitativos, valores, prazos etc. estão previstos no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

1.5 O presente Edital de Credenciamento vincula-se ao disposto na **Seção II do Capítulo X, c/c Seções I e II do Capítulo VIII, da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.**

1.6 Este credenciamento não implica em contratação pela administração. Para as eventuais e futuras contratações serão realizadas, preferencialmente, a publicação de chamamento para contratação, a depender da demanda, com as condições e prazos.

ITEM	MATERIAL DESCRIMINADO	ADM	GABINETE	EDUCAÇÃO	SAÚDE	SOCIAL	AMBIENTE	INFR	QNT.	ESTIMADO	TOTAL
1	CAMARA DE AR DA PÁ CARREGADEIRA 20,5-25 L – 3.							6	6	R\$ 588,00	R\$ 3.528,00
2	CAMARA DE AR MOTO BROS SAÚDE, BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 110-90-17.				2				2	R\$ 60,00	R\$ 120,00
3	CAMARA DE AR MOTO START SAÚDE, BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 90-90-18.				2				2	R\$ 51,66	R\$ 103,32
4	CAMARA DE AR PARA RETRO ESCAVADEIRA 12 X 16,5 NHS DIANTEIRO							4	4	R\$ 165,00	R\$ 660,00
5	CAMARA DE AR PARA RETRO ESCAVADEIRA 19,5 L – 24 TUBELES – TRAZEIRO							4	4	R\$ 440,00	R\$ 1.760,00

ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA

6	CAMARA DE AR PARA TRATOR NEW ROLLAND DIMENSÕES 12.04.24 DIANTEIRO.							2	2	R\$ 270,00	R\$ 540,00
7	CAMARA DE AR PARA TRATOR NEW ROLLAND DIMENSÕES 18.4.30 DIANTEIRO.							2	2	R\$ 496,66	R\$ 993,32
8	CAMARA DE AR PATROL 17.5-25 COM 20 LONAS.							6	6	R\$ 470,00	R\$ 2.820,00
9	CAMARA DE AR PATROL 14.00X24 COM 12 LONAS							6	6	R\$ 351,66	R\$ 2.109,96
10	CAMARA DE AR VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARCAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 900X20 TIPO SEM' CÂMARA, APLICAÇÃO ÔNIBUS 1313, VOLKSBUS MAN 15-190 E VOLKSBUS MARCOPOLO 15-190.			20					20	R\$ 173,33	R\$ 3.466,60
11	CAMARA DE AR, MOTO BIZ, BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 60-100-17.	2		2		2			6	R\$ 41,66	R\$ 249,96
12	CAMARA DE AR, MOTO BIZ, BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 80-100-14.	2		2		2			6	R\$ 39,33	R\$ 235,98
13	PNEU DA PÁ CARREGADEIRA 20.5-25 L - 3 / 16 LONAS.							6	6	R\$ 6.396,66	R\$ 38.379,96
14	PNEU MOTO BIZ, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 60-100-17.	2		2		2			6	R\$ 230,00	R\$ 1.380,00
15	PNEU MOTO BIZ, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 80-100-14.	2		2		2			6	R\$ 300,00	R\$ 1.800,00
16	PNEU MOTO BROS SAÚDE, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 110-90-17.				2				2	R\$ 358,33	R\$ 716,66
17	PNEU MOTO BROS SAÚDE, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 90-90-19.				2				2	R\$ 340,00	R\$ 680,00
18	PNEU MOTO START SAÚDE, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 90-90-18.				2				2	R\$ 325,00	R\$ 650,00
19	PNEU MOTO XL SAUDE, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA				2				2	R\$ 390,00	R\$ 780,00

ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA

	ALTA RESISTÊNCIA, 110-80-21.										
20	PNEU PARA RETRO ESCAVADEIRA 12 X 16.5 NHS DIANTEIRO.							4	4	R\$ 1.910,00	R\$ 7.640,00
21	PNEU PARA RETRO ESCAVADEIRA 19.5 L - 24 TUBULES - TRAZEIRO.							4	4	R\$ 5.126,66	R\$ 20.506,64
22	PNEU PARA TRATOR CASE DIMENSÕES 13.00.24 DIANTEIRO.							2	2	R\$ 3.223,33	R\$ 6.446,66
23	PNEU PARA TRATOR CASE DIMENSÕES 18.4.34 TRASEIRO.							2	2	R\$ 5.646,66	R\$ 11.293,32
24	PNEU PARA TRATORES NEW ROLLAND DIMENSÕES 12.4.24 DIANTEIRO LOCAL PARA ENTREGA: UNIDADE LOCAL.							2	2	R\$ 2.823,33	R\$ 5.646,66
25	PNEU PARA TRATORES NEW ROLLAND DIMENSÕES 18.4.30 TRASEIRO LOCAL PARA ENTREGA: UNIDADE LOCAL.							2	2	R\$ 5.045,00	R\$ 10.090,00
26	PNEU PATROL 17.5-25 COM 20 LONAS.							6	6	R\$ 6.450,00	R\$ 38.700,00
27	PNEU PATROL 14.00X24 COM 12 LONAS.							6	6	R\$ 4.740,00	R\$ 28.440,00
28	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, DIMENSÕES 215/75 R16, TIPO LISO, APLICAÇÃO VEÍCULO VAN 16 LUGARES.	8							8	R\$ 1.000,00	R\$ 8.000,00
29	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, DIMENSÕES 225/65 R16, TIPO LISO, APLICAÇÃO AMBULANCIA FURGÃO.				8				8	R\$ 1.010,00	R\$ 8.080,00
30	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 175/70 R14, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, GOL.				6				6	R\$ 476,66	R\$ 2.859,96
31	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 185/60 R15, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, TOYOTA YARIS			8	8	8			24	R\$ 556,66	R\$ 13.359,84
32	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 195/65 R15, TIPO SEM CÂMARA, MODELO							8	8	R\$ 556,66	R\$ 4.453,28

**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA**

	RADIAL. APLICAÇÃO, STRADA.										
33	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 205/60 R15, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, AMBULANCIA E SPIM.				28				28	R\$ 586,66	R\$ 16.426,48
34	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 255/70 R17, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, RANGER		8						8	R\$ 1.283,33	R\$ 10.266,64
35	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 265/70 R16, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, FRONTIER NISSA		8						8	R\$ 1.260,00	R\$ 10.080,00
36	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARCAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA LEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 275/80 R 22.5 TIPO SEM' CÂMARA, APLICAÇÃO CAMINHÃO COLETOR DE LIXO / 13.190 WORKER. CAMINHÃO TOCO, ÔNIBUS 17.230 AZUL. 15.190.			16			8	8	32	R\$ 2.413,33	R\$ 77.226,56
37	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARCAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 900 R22 TIPO			16					16	R\$ 1.793,33	R\$ 28.693,28

**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA**

	SEM' CÂMARA, APLICAÇÃO ÔNIBUS .										
38	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 295 R80X22.5 TIPO SEM' CÂMARA, APLICAÇÃO ÔNIBUS , CAÇAMBA DO PAC 2 - 2729.							12	12	R\$ 2.706,66	R\$ 32.479,92
39	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 750 R16, TIPO COM CÂMARA 7.50-16, APLICAÇÃO VOLARE A6, ÔNIBUS NOVO.			10					10	R\$ 1.033,33	R\$ 10.333,30
40	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 215 75 R17.5, TIPO SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VOLARE A8, VOLKSBUS 8- 1, VOLKSWAGEN THUNDER 8-120, VOLARE V8, CAMINHÃO VW 9.170			24					24	R\$ 1.343,33	R\$ 32.239,92
									312		R\$ 444.236,22

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar do presente processo e serão credenciadas todas as pessoas jurídicas interessadas que comprovarem atender a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, e estiverem cadastrada na plataforma licitanet.

2.2 Os dados informados na Solicitação de Credenciamento são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação exigida no Item 3 deste Edital.

2.3 Não será admitida a participação de interessados que, por quaisquer motivos, tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, ou punidos com suspensão pela Prefeitura Municipal de Fátima – TO.

2.4 Os documentos exigidos deverão apresentados em forma de cópias autenticadas por cartório competente, ou cópias simples, desde que acompanhadas dos respectivos originais para autenticação por membro da Comissão de Contratação, à exceção dos documentos gerados automaticamente pelos Sistemas Previdenciário/Fiscal e Outros.

2.5 Os documentos emitidos e/ou extraídos via internet poderão ser novamente impressos e/ou consultados pela Comissão de Contratação para efeito de comprovação de sua autenticidade.

2.6 Com exceção os documentos que, por sua natureza, não possuem prazo de validade, os demais documentos deverão serem apresentados dentro da validade neles expressa ou com data de expedição não superior a 03 (três) meses da data da entrega da Solicitação de Credenciamento.

2.7 Não serão aceitos documentos entregues fora do local, dias e horários estabelecidos neste Edital.

2.8 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e Anexos, com exceção dos casos expressamente previstos.

2.9 Será respeitada a ordem cronologica de apresentação do requerimento de credenciamento, para seleção dos interessados.

2.10 A seleção do credenciado fica condicionada ao atendimento dos requisitos de habilitação exigidos no Edital.

3. DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

3.1 RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de identidade de todos os sócios da pessoa jurídica ou do empresário;
- b) Certificado de condição de Microempreendedor Individual, no caso de MEI, ou;
- c) Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;
- d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e todas as suas alterações, se for caso, devidamente registrados na Junta Comercial, ou contrato social consolidado em vigor, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores, ou;
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, ou;
- g) Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública.
- i) Se a pessoa jurídica se fizer representar por procurador, faz-se necessária a apresentação de cópia da cédula de identidade ou documento equivalente do procurador, bem como da respectiva Procuração (com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para assinar solicitações, declarações, atas, termos, contratos, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame) com firma reconhecida ou por instrumento público.

3.2 RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – Cartão do CNPJ/MF;
 - b) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (Dívida Ativa da União e Contribuições Federais);
 - c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais
-

instituídos por lei;

d) Prova de inscrição no cadastro estadual ou municipal de contribuintes, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

e) Prova de regularidade perante a fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;

f) Prova de regularidade perante a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;

g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

h) Alvará de Localização e/ou Funcionamento expedido pelo Município sede da empresa, em plena validade e compatível com o objeto do certame ou documento/protocolo que comprove a solicitação da entrada na documentação para regularização do Alvará.

3.3 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E CAPACIDADE TÉCNICA

a) Certidão Negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade ou com data não superior a 03 (três) meses da data de entrega da solicitação de credenciamento, somente para pessoas jurídicas constituídas há mais de 01 (um) ano.

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, com autenticação na junta comercial do estado da licitante, no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

c) **Atestado(s) de Capacidade Técnica** para comprovação de aptidão e execução do objeto/serviço de forma satisfatória, pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. Quando for emitido por ente privado deverá este ser com assinatura digital e/ou firma reconhecida de quem o subscreveu.

3.4 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

a) Solicitação de Credenciamento e Declarações (Anexo III);

4. ENTREGA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados entregarão, mediante recibo, toda a documentação de habilitação prevista no Item 3.

4.2 A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Comissão de Contratação em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do protocolo de entrega, que será aposto em cópia da Solicitação de Credenciamento e entregue ao interessado.

4.3 A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.

4.4 Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

5. DOS RECURSOS

5.1 O interessado não habilitado, nos termos do item 4.4, poderá interpor recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da comunicação da decisão da Comissão de Licitação via correio eletrônico (informado na Solicitação de Credenciamento) e/ou por publicação do Diário Oficial do Município de Fátima-TO.

5.2 O recurso deverá ser feito por escrito, assinado, dirigido à Comissão de Contratação e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Fátima-TO, situada à Rua Porto Alegre, nº 179, Centro, Fátima – TO. CEP 77.555-000, ou pelo e-mail: cpl@fatima.to.gov.br, ou pela plataforma Licitanet.

5.3 O recurso não terá efeito suspensivo.

6. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

6.1 Após a análise documental, a Comissão de Contratação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementar sempre que novos interessados se credenciarem.

6.2 O processo de análise e o resultado final serão homologados pelo Prefeito Municipal.

6.3 Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via publicação no Diário Oficial do Município de Fátima-TO, quando então será convidado a assinar o Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento.

6.4 A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio do sítio eletrônico www.fatima.to.gov.br, e publicada no Diário Oficial do Município de Fátima-TO.

6.5 Os interessados que não forem habilitados/credenciados terão sua documentação disponível para ser retirada por até 15 (quinze) dias da divulgação. Havendo interposição de recurso, esse prazo será contado a partir da data de julgamento definitivo do mesmo.

7. DA ALOCAÇÃO DOS VOLUMES E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1 O Contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município de Fátima-TO.

7.2 A convocação para a assinatura do Contrato se dará após efetivada a habilitação do interessado, segundo os critérios deste Edital.

7.3 Considerando que a opção da Administração pelo credenciamento de postos de combustíveis, com base dispostos na Seção II do Capítulo X, c/c Seções I e II do Capítulo VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o art. 79, inciso I, art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, tem o objetivo de reduzir a complexidade e aumentar a celeridade e a eficiência do processo de contratação, este edital possui um prazo de vigência de 12 (doze) meses pelos seguintes motivos elencados abaixo:

a) Inviabilidade de mensurar quantos interessados surgirão para se credenciar, na hipótese de manter o Edital de Chamamento público permanentemente aberto para o credenciamento a novos interessados;

b) Considerando que o Edital de Chamamento público permanentemente aberto, cria a possibilidade de contratação de um número de fornecedores muito superior àquele passível de ser gerido e fiscalizado, pois a demanda das quantidades e limites financeiros disponíveis para o objeto de contratação está a critério de terceiros, não permitindo a contratação imediata e simultânea de todos os que vierem se credenciar;

c) Considerando o limite orçamentário global do Edital, conforme o item 9.7, não é viável a elaboração para cada credenciado um contrato com o valor total do Edital, embora cada contrato não deva ser cumprido integralmente.

7.4 Assim, visando garantir a gestão e fiscalização dos contratos, serão adotados critérios objetivos de distribuição da demanda. Prestigiando o princípio da isonomia, impondo a necessidade de tratar todos os interessados aptos no credenciamento de maneira igualitária.

7.5 Os interessados no credenciamento originado deste chamamento público, formalizarão contrato administrativo por meio de Inexigibilidade de Licitação, uma vez as empresas aptas a prestação dos serviços em tela serão contratados pelo preço médio estimado conforme mapa de apuração de preços, apenso ao processo.

7.6 A empresa credenciada será convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, assinar o contrato com o Município de Fátima, de acordo com a minuta contratual relacionada no Anexo, deste Edital.

7.7 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, a critério da Administração, mediante solicitação e justificativa da empresa credenciada.

7.8 Para o fornecimento, o contrato deverá estar devidamente assinado e publicado seu extrato no Diário Oficial do Município e mural público na prefeitura Municipal de Fátima, nos termos legais, mediante autorização de fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no presente edital.

7.9 A minuta do contrato a ser celebrado consta do Anexo II deste Edital.

8. DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

8.1 Os fornecimentos prestados pelos credenciados serão remunerados de acordo com os valores constantes do Termo de Referência – Anexo I, cuja aceitação deverá ser expressa por meio da Declaração do Anexo IV;

8.2 Os preços propostos já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como serviços de frete, carga, descarga, transporte, embalagens, mão-de-obra, assistência, garantia pelo prazo estipulado no Termo de Referência, impostos, taxas, bem como quaisquer outros que porventura venham a incidir sobre o objeto e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes da execução da entrega.

8.3 O valor fixado para cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores, observado o princípio da anualidade do reajuste

de preços da contratação, **podendo ser realizada em momentos distintos o que pode variar em possíveis alterações nos preços dos produtos conforme aumento de preços de mercado, tendo como fundamentação o previsto no art. 135, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.**

8.4 O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Fátima - TO até o 5º (quinto) dia útil para empresas locais e 10º dia útil para empresas não locais, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo servidor designado, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

8.5 O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal e/ou no ato de credenciamento, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

8.6 Caso o prestador seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

8.7 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao prestador, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura do Município de Fátima - TO.

8.8 Previamente à data do pagamento, o Departamento de Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do prestador.

8.9 Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à dos serviços são de responsabilidade do prestador, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

8.10 Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao prestador, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não

acarretando qualquer ônus para o Município de Fátima - TO.

9. DAS HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO

9.1 A Prefeitura Municipal de Fátima – TO poderá promover o credenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

9.2 Aqueles que não se apresentarem para a execução da demanda de serviços no prazo de 30 (trinta) dias serão descredenciados.

9.3 O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.4 Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo Credenciado, este estará sujeito às sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5 Fica assegurado ao Credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pela Comissão de Contratação, que opinará em 05 (cinco) dias úteis e as submeterá ao Secretário(a) Municipal de Administração para tomada de decisão.

9.6 Se for conveniente para a Administração Municipal, a Secretaria Municipal de Administração poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação da prestação dos serviços objeto deste Edital.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

10.1 Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao presente Edital deverão ser efetuados por escrito, a qualquer tempo, antes da data de encerramento do período de credenciamento, endereçados à Comissão de Contratação, entregues pessoalmente no Departamento de Licitações, situado à Rua Porto Alegre, nº 179, Centro, Fátima – TO. CEP 77.555-000, das 8h00 às 12h00, ou e-mail: cpl@fatima.to.gov.br, ou plataforma LICITANET.

10.2 Caberá à Comissão de Contratação analisar e decidir sobre a petição de esclarecimento ou impugnação no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.3 As decisões e/ou respostas serão encaminhadas no e-mail informado pelo

interessado no momento do pedido de esclarecimento e/ou impugnação.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

11.1 As obrigações do Credenciado constam do item 8 do Anexo I – Termo de Referência e as convencionadas em Termo de Contrato a ser formalizado.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

12.1 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

12.2 Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.

12.3 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados com o objeto pactuado.

12.4 Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.

12.5 Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

12.6 Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada parcela;

12.7 Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

12.8 A Prefeitura Municipal de Fátima – TO, através da Secretaria solicitante, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Item 10 do Termo de Referência e demais cominações legais.

12.9 Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.10 Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.

12.11 Demais obrigações avençadas no Termo de Referência, em Termo Contratual e em observância à Lei nº 14.133/2021.

13. DA EXTINÇÃO DO CREDENCIAMENTO

13.1. A empresa credenciada, quando não conseguir praticar os preços relacionados pelo Município de Fátima, poderá solicitar o seu descredenciamento, mediante requerimento direcionado ao Prefeito Municipal.

13.2. A empresa será obrigada a fornecer os produtos até o deferimento de seu descredenciamento, nas condições e nos preços relacionados pela Administração.

13.3. Havendo recusa injustificada no abastecimento da frota municipal, estando mantido o seu credenciamento, a empresa estará sujeita às sanções administrativas previstas nos termos da Lei 14.133/2021.

13.4. Será descredenciada a empresa que, sem prévia autorização do Município de Aliança do Tocantins, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente do futuro contrato.

13.5. Será descredenciada a empresa submetida a processo de falência, salvo no caso de homologação do plano de recuperação judicial.

13.6. O Município de Fátima poderá, unilateralmente, promover o cancelamento do credenciamento quando verificar maior vantajosidade na contratação por meio de regular processo licitatório.

13.7. O descredenciamento poderá ocorrer ainda nos casos elencados nos incisos I a IX do artigo 137, da Lei Federal nº 14.133 /2021.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

14.1. As empresas credenciadas estarão sujeitas serão responsabilizados pelos cometimentos das infrações especificadas no Art. 155 da Lei 14.133/2021, onde serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas no Art.156 da Lei 14.133/2021.

14.2. Na aplicação das sanções previstas, será facultada a defesa do interessado nos prazos permitidos em Lei, contados da data de sua intimação.

14.3. A aplicação das sanções previstas em Lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.4. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

15. DAS CONDUTAS DE PREVENÇÃO DE FRAUDES E CORRUPÇÃO

15.1 Os credenciados devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de credenciamento, de contratação e de execução do objeto contratual, cabendo-lhes a obrigação de afastar, reprimir e denunciar toda e qualquer prática que possa caracterizar fraude ou corrupção, em especial, dentre outras:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- e) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;
- f) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1. O Município de Fátima designará um servidor para realizar a fiscalização do cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato administrativo, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Além do acompanhamento e da fiscalização do fornecimento, o fiscal do Contrato poderá, ainda, recusar fornecimento em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

16.3. Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada, o fiscal designado deverá de imediato, comunicar por escrito à Secretaria demandante, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Edital e no Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

17. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

17.1. Nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133 /2021, o Município de Fátima, poderá revogar o presente Chamamento Público e os contratos dele decorrentes, no todo ou em parte, por motivo de conveniência e oportunidade resultante de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-los por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, devendo o ato ser publicado no Diário Oficial do Município e Mural Público, sem que assista aos contratados direito à indenização.

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos relacionados a este documento regular-se-ão pelos preceitos do Direito Público aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria

geral dos contratos e as disposições do Direito Privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133 de 2021.

18.2. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Contratação.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A simples apresentação, pelo interessado, da documentação exigida no presente certame não induzirá automática celebração do Contrato, sendo esta submetida à habilitação prevista no Item 3 deste Edital.

19.2. Os Credenciados serão os únicos e exclusivos responsáveis pelas informações disponibilizadas e sua atualização junto à Prefeitura Municipal de Fátima – TO.

19.3. O Credenciamento terá vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, caso haja interesse da Administração Municipal, nos termos da legislação atinente à matéria.

19.4. A Prefeitura Municipal de Fátima – TO poderá alterar, revogar ou anular o presente credenciamento, na forma da lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.

19.5. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Contratação, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.6. É competente o Foro da cidade de Paraíso do Tocantins – TO, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação

20. ANEXOS DO EDITAL

20.1. São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os interessados:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Minuta do Contrato/Termo de Credenciamento;

Anexo III - Solicitação de Credenciamento e Declarações.

Fátima - TO, 19 de março de 2026.

José Antonio Santos Andrade
Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

Art. 40, § 1º, LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

1. DO OBJETO

1.1 Credenciamento de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de PNEUS E CÂMARA DE AR PARA A FROTA MUNICIPAL, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social de Fátima – TO, conforme quantidades, discriminação, especificações e condições previstas deste Termo de Referência.

ITEM	MATERIAL DESCRIMINADO	ADM	GABINETE	EDUCAÇÃO	SAÚDE	SOCIAL	AMBIENTE	INFR	QNT.	ESTIMADO	TOTAL
1	CAMARA DE AR DA PÁ CARREGADEIRA 20,5-25 L – 3.							6	6	R\$ 588,00	R\$ 3.528,00
2	CAMARA DE AR MOTO BROS SAÚDE, BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 110-90-17.				2				2	R\$ 60,00	R\$ 120,00
3	CAMARA DE AR MOTO START SAÚDE, BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 90-90-18.				2				2	R\$ 51,66	R\$ 103,32
4	CAMARA DE AR PARA RETRO ESCAVADEIRA 12 X 16.5 NHS DIANTEIRO							4	4	R\$ 165,00	R\$ 660,00
5	CAMARA DE AR PARA RETRO ESCAVADEIRA 19.5 L – 24 TUBELES – TRAZEIRO							4	4	R\$ 440,00	R\$ 1.760,00
6	CAMARA DE AR PARA TRATOR NEW ROLLAND DIMENSÕES 12.04.24 DIANTEIRO.							2	2	R\$ 270,00	R\$ 540,00
7	CAMARA DE AR PARA TRATOR NEW ROLLAND DIMENSÕES 18.4.30 DIANTEIRO.							2	2	R\$ 496,66	R\$ 993,32
8	CAMARA DE AR PATROL 17,5-25 COM 20 LONAS.							6	6	R\$ 470,00	R\$ 2.820,00
9	CAMARA DE AR PATROL 14.00X24 COM 12 LONAS							6	6	R\$ 351,66	R\$ 2.109,96
10	CAMARA DE AR VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 900X20 TIPO			20					20	R\$ 173,33	R\$ 3.466,60

ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA

	SEM' CÂMARA, APLICAÇÃO ÔNIBUS 1313, VOLKSBUS MAN 15-190 E VOLKSBUS MARCOPOLO 15-190.										
11	CAMARA DE AR, MOTO BIZ, BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 60-100-17.	2		2		2			6	R\$ 41,66	R\$ 249,96
12	CAMARA DE AR, MOTO BIZ, BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 80-100-14.	2		2		2			6	R\$ 39,33	R\$ 235,98
13	PNEU DA PÁ CARREGADEIRA 20.5-25 L - 3 / 16 LONAS.							6	6	R\$ 6.396,66	R\$ 38.379,96
14	PNEU MOTO BIZ, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 60-100-17.	2		2		2			6	R\$ 230,00	R\$ 1.380,00
15	PNEU MOTO BIZ, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 80-100-14.	2		2		2			6	R\$ 300,00	R\$ 1.800,00
16	PNEU MOTO BROS SAÚDE, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 110-90-17.					2			2	R\$ 358,33	R\$ 716,66
17	PNEU MOTO BROS SAÚDE, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 90-90-19.					2			2	R\$ 340,00	R\$ 680,00
18	PNEU MOTO START SAÚDE, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 90-90-18.					2			2	R\$ 325,00	R\$ 650,00
19	PNEU MOTO XL SAUDE, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 110-80-21.					2			2	R\$ 390,00	R\$ 780,00
20	PNEU PARA RETRO ESCAVADEIRA 12 X 16.5 NHS DIANTEIRO.							4	4	R\$ 1.910,00	R\$ 7.640,00
21	PNEU PARA RETRO ESCAVADEIRA 19.5 L - 24 TUBES - TRAZEIRO.							4	4	R\$ 5.126,66	R\$ 20.506,64
22	PNEU PARA TRATOR CASE DIMENSÕES 13.00.24 DIANTEIRO.							2	2	R\$ 3.223,33	R\$ 6.446,66
23	PNEU PARA TRATOR CASE DIMENSÕES 18.4.34 TRASEIRO.							2	2	R\$ 5.646,66	R\$ 11.293,32
24	PNEU PARA TRATORES NEW ROLLAND DIMENSÕES 12.4.24 DIANTEIRO LOCAL PARA ENTREGA: UNIDADE LOCAL.							2	2	R\$ 2.823,33	R\$ 5.646,66
25	PNEU PARA TRATORES NEW ROLLAND DIMENSÕES 18.4.30 TRASEIRO LOCAL PARA ENTREGA: UNIDADE LOCAL.							2	2	R\$ 5.045,00	R\$ 10.090,00
26	PNEU PATROL 17.5-25 COM 20 LONAS.							6	6	R\$ 6.450,00	R\$ 38.700,00

ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA

27	PNEU PATROL 14.00X24 COM 12 LONAS.							6	6	R\$ 4.740,00	R\$ 28.440,00
28	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, DIMENSÕES 215/75 R16, TIPO LISO, APLICAÇÃO VEÍCULO VAN 16 LUGARES.	8							8	R\$ 1.000,00	R\$ 8.000,00
29	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, DIMENSÕES 225/65 R16, TIPO LISO, APLICAÇÃO AMBULANCIA FURGÃO.				8				8	R\$ 1.010,00	R\$ 8.080,00
30	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 175/70 R14, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, GOL.				6				6	R\$ 476,66	R\$ 2.859,96
31	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 185/60 R15, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, TOYOTA YARIS		8	8	8				24	R\$ 556,66	R\$ 13.359,84
32	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 195/65 R15, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, STRADA.							8	8	R\$ 556,66	R\$ 4.453,28
33	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 205/60 R15, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, AMBULANCIA E SPIM.				28				28	R\$ 586,66	R\$ 16.426,48
34	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 255/70 R17, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, RANGER		8						8	R\$ 1.283,33	R\$ 10.266,64
35	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 265/70 R16, TIPO SEM CÂMARA, MODELO		8						8	R\$ 1.260,00	R\$ 10.080,00

ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA

	RADIAL. APLICAÇÃO, FRONTIER NISSA										
36	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA LEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 275/80 R 22.5 TIPO SEM' CÂMARA, APLICAÇÃO CAMINHÃO COLETOR DE LIXO VW / 13.190 WORKER. CAMINHÃO TOCO, ÔNIBUS 17.230 AZUL. 15.190.			16			8	8	32	R\$ 2.413,33	R\$ 77.226,56
37	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 900 R22 TIPO SEM' CÂMARA, APLICAÇÃO ÔNIBUS .			16					16	R\$ 1.793,33	R\$ 28.693,28
38	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 295 R80X22.5 TIPO SEM' CÂMARA, APLICAÇÃO ÔNIBUS , CAÇAMBA DO PAC 2 - 2729.							12	12	R\$ 2.706,66	R\$ 32.479,92
39	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM			10					10	R\$ 1.033,33	R\$ 10.333,30

**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA**

	BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPOLAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 750 R16, TIPO COM CÂMARA 7.50-16, APLICAÇÃO VOLARE A6, ONIBUS NOVO.										
40	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARCAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA,MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO SIMPRESSO, DIMENSÕES 215 75 R17.5, TIPO SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VOLARE A8, VOLKSBUS 8- 1,VOLKWAGEM THUDER 8-120, VOLARE V8, CAMINHÃO VW 9.170			24					24	R\$ 1.343,33	R\$ 32.239,92
									312		R\$ 444.236,22

2. DA JUSTIFICATIVA

A aquisição de pneus, câmara de ar para veículos e máquinas pesadas, justifica a abertura do presente procedimento licitatório, face ao interesse público de atender as necessidades dos veículos e máquinas próprias da Prefeitura Municipal de Fátima e seus Fundos Municipais, que não tem condições de trafegar com os pneus, bastante desgastado colocando em risco os funcionários que trabalham e são transportados nos mesmos.

O desempenho regular das atividades praticadas no ambiente da Administração, uma vez que os veículos oficiais devem estar em plenas condições de funcionamento e conservação, à disposição do serviço sempre que forem demandados e, no caso de situações emergenciais, receber o atendimento e assistência devidos.

Sabendo que os mesmos estão trabalhando constantemente para a população de Fátima, com isso seus pneus e câmaras de ar vão desgastando, sendo assim necessário sua compra para manutenção da frota municipal para não paralisar os serviços essenciais, como viagens das ambulâncias, limpeza da cidade, recolhimento do lixo

urbano, atendimento ao produtor rural e transporte escolar. Serviços esses feitos diariamente não podendo ser paralisados, sendo assim se faz necessário tal contratação.

Além disso, além da salvaguarda do patrimônio público, a referida manutenção também se torna necessária com vistas à segurança dos usuários dos veículos.

Tendo como base o Princípio da continuidade dos serviços públicos, segundo o qual a Administração Pública executa suas atribuições essenciais ou necessárias aos administrados, entendesse que a aquisição do objeto deste Termo de Referência é imprescindível para manutenção das atividades desenvolvidas pelo Município de Fátima - TO.

Sendo assim, o serviço público, como atividade de interesse coletivo, visando a sua aplicação diretamente a população, não pode parar, deve ele ser sempre contínuo, pois sua paralisação total, ou até mesmo parcial, poderá acarretar prejuízos aos seus usuários.

No que se refere, ao quantitativo do objeto disposto no Termo de Referência, o mesmo foi mensurado levando-se em consideração uma quantidade estimada suficiente ao atendimento da demanda, devidamente ponderado em históricos anteriores pelos departamentos responsáveis.

Diante do exposto, torna-se de suma importância a aquisição de pneus e câmaras de ar, objetivando, de forma satisfatória, às constantes demandas das unidades, para o desenvolvimento das atividades diárias das Secretarias vinculadas a Prefeitura Municipal Fátima – TO e seus Fundos Municipais.

Assim, considerando que os procedimentos licitatórios demandam um determinado tempo para serem concluídos, faz-se necessário a instrução do presente feito de modo a garantir o fornecimento dos produtos citados e consequente atendimento às demandas das solicitantes.

2.1 O Credenciamento está sendo adotado para propiciar uma maior participação das empresas que estão dispostas a prestarem os fornecimentos estabelecidos pela Administração, **que estará fixando parâmetros aos preços a serem praticados.**

2.2 Quando da aquisição dos produtos, a CONTRATADA deverá entregar os pneus de acordo com o valor da tabela. Sendo que o preço poderá alterar de acordo com a inflação comprovada.

2.3 Na hipótese escolhida para o Credenciamento, trata-se de paralela e não excludente caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

2.4 A quantidade a se fornecida será de acordo com a necessidade de cada órgão. Não sendo obrigatório a aquisição de todo o contrato.

2.5 A quantidade de cada item não será ultrapassada no total mesmo com mais de um licitante credenciado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A modalidade de credenciamento será adotada devido à conveniência do fornecimento dos produtos de forma parcelada, conforme a necessidade. O credenciamento é um processo administrativo que permite à Administração Pública convocar interessados em fornecer bens ou prestar serviços. Aqueles que atendem aos requisitos estabelecidos podem se credenciar para executar o objeto sempre que forem convocados.

3.2. Esse modelo de credenciamento representa uma solução eficaz para o controle de riscos e para garantir o fornecimento imediato de pneus e câmaras. Com uma rede de fornecedores credenciados, a Administração Pública tem acesso a múltiplas opções para a aquisição, assegurando que os objetivos da contratação sejam alcançados de maneira eficiente e sem interrupções.

3.3. Ademais, um dos principais benefícios do credenciamento é a possibilidade de novos interessados se credenciarem a qualquer momento durante o prazo de execução contratual, sem a necessidade de realizar uma nova licitação. Isso proporciona maior agilidade e flexibilidade, permitindo que a Administração se adapte rapidamente a mudanças nas condições de mercado ou nas necessidades de aquisição de pneus e câmaras de ar.

3.4. Com a garantia de um fornecimento contínuo e confiável, o credenciamento se destaca como uma estratégia essencial para a manutenção das operações da Administração Pública.

4. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

4.1. Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente os arts. 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, II, todos da mencionada Lei.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: [...];

IV- Objetos que devem ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei: I - Credenciamento; [...];

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições

padronizadas:

II - Com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação”.

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados; [...];

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação; [...];

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

4.2. Serão observadas, no que forem aplicáveis, as normas regulamentares pertinentes aos serviços executados, observando-se os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, as empresas deverão observar rigorosamente a legislação sanitária e as normas regulamentares emanadas dos órgãos públicos competentes.

4.3. Um dos principais desafios enfrentados pelos municípios atualmente é a dificuldade em encontrar fornecedores que assegurem o cumprimento das cláusulas contratuais de maneira segura, especialmente no que se refere à reposição de estoque dos produtos relacionados. Isso é crucial para evitar a manutenção periódica da frota, pois muitos veículos, máquinas e equipamentos, precisam de reposição desses produtos. **Nesse contexto, o credenciamento se apresenta como a solução mais eficaz, pois permite que múltiplos fornecedores sejam credenciados para fornecer pneus e câmaras de ar.** Outro benefício do credenciamento é a flexibilidade de permitir que novos interessados se credenciam a qualquer momento durante a vigência do contrato, sem a necessidade de uma nova licitação. Basta que o novo interessado atenda aos requisitos de habilitação.

3.4. Assim, o procedimento de credenciamento, conforme previsto no Art. 79 da Lei Federal 14.133/2021, tem o potencial de revolucionar as contratações públicas, especialmente aquelas mais vulneráveis a interrupções de serviços essenciais. Ao criar uma rede credenciada, a administração garante várias opções para fornecimento imediato, assegurando que os objetivos da contratação sejam alcançados com a eficiência necessária.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS, MODELO DE EXECUÇÃO E DO VALOR ESTIMADO

DEFINIDO

4.1. As especificações e os quantitativos dos produtos constam a seguir, com valor unitário definido para cada ITEM previsto neste Termo, elaborado com base no quantitativo médio obtidos através com base no histórico de consumo registrado nos anos de 2021, 2022 e 2025, levando em conta o consumo observado nos anos anteriores, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida, de modo a avaliar a viabilidade econômica dessa opção (Art. 23, da Lei 14.133/2021, considerando o valor unitário para cada ITEM, conforme valores apresentado nas planilhas de cada item deste Termo de Referência.

4.2. O quantitativo estimado para a contratação, visando atender à necessidade de manutenção, foi calculado com base no histórico de consumo registrado nos anos de 2021, 2022 e 2025, levando em conta o consumo observado nos anos anteriores. Essa análise visa garantir que o quantitativo estimado seja suficiente para cobrir as necessidades da Prefeitura Municipal de Fátima e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde, considerando tanto a variação sazonal quanto o histórico de contratações passadas, considerando a quantidade demandada e a necessidade de agilidade na entrega dos itens.

4.4. Serão descritas as necessidades que vão definir os itens a serem alcançados pela contratada considerando-se que o objeto do contrato é ter à disposição os serviços de uma empresa para fornecimento desses produtos, contínuo e ininterrupto, sempre que solicitado, nos termos que a contratada deverá oferecer.

4.4.1. Cada operação de fornecimento deverá gerar um registro individualizado contendo no mínimo:

- a) Tipo de produto;
- b) Custo unitário e total;
- c) Quantidade;
- d) Identificação do estabelecimento em que se operou o fornecimento com nome e CNPJ;

4.5. O contratante efetuará o pagamento dos produtos efetivamente entregues, não se responsabilizando por qualquer tipo de "fornecimento mínimo " ou " utilização mínima.

4.6. Os fornecedores credenciados deverão fornecer ao interessado uma via do comprovante da operação de fornecimento do produto.

4.7 Apresentem sempre que solicitados, documentos que comprovem a procedência dos produtos.

4.8. Pratiquem preços para fornecimento dentro dos limites praticados no

mercado.

4.9. Somente execute o fornecimento, após a devida autorização do Administrador, através de "Ordem de Compra, posterior a assinatura do contrato.

4.10. As aquisições serão eventuais e parceladas, a depender da necessidade da administração, daqueles itens que atendem as necessidades públicas e da disponibilidade financeira.

4.11. O fornecimento dos produtos para atender a veículos, máquinas, equipamentos e implementos, acontecerá através de empresas que disponham dos seguintes requisitos mínimos:

- a) Registro fiscal e jurídico regularizado;
- b) Capacidade técnica comprovada;
- c) Adequação às normas técnicas vigentes;
- d) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a Prefeitura;
- e) Atender com prioridade às solicitações da Prefeitura e Fundos Municipais, para execução do fornecimento;
- f) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;
- g) Prestar fornecimento de forma regular e eficiente, disponibilizando profissionais qualificados para tanto;
- h) Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão, que ocorram durante a realização dos serviços, objeto deste contrato;
- i) Prestar os serviços em dias úteis, face a necessidade de fornecimento;

4.14. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, QUANTIDADE DE TODOS OS FUNDOS:

ITEM	MATERIAL DESCRIMINADO	ADM	GABINETE	EDUCAÇÃO	SAÚDE	SOCIAL	AMBIENTE	INFR	QNT.	ESTIMADO	TOTAL
1	CAMARA DE AR DA PÁ CARREGADEIRA 20.5-25 L - 3.							6	6	R\$ 588,00	R\$ 3.528,00
2	CAMARA DE AR MOTO BROS SAÚDE, BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 110-90-17.				2				2	R\$ 60,00	R\$ 120,00
3	CAMARA DE AR MOTO START SAÚDE, BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 90-90-18.				2				2	R\$ 51,66	R\$ 103,32
4	CAMARA DE AR PARA RETRO ESCAVADEIRA 12 X 16.5 NHS DIANTEIRO							4	4	R\$ 165,00	R\$ 660,00
5	CAMARA DE AR PARA RETRO ESCAVADEIRA 19.5 L - 24 TUBELES - TRAZEIRO							4	4	R\$ 440,00	R\$ 1.760,00
6	CAMARA DE AR PARA TRATOR NEW ROLLAND							2	2	R\$ 270,00	R\$ 540,00

ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA

	DIMENSÕES 12.04.24 DIANTEIRO.										
7	CAMARA DE AR PARA TRATOR NEW ROLLAND DIMENSÕES 18.4.30 DIANTEIRO.							2	2	R\$ 496,66	R\$ 993,32
8	CAMARA DE AR PATROL 17.5-25 COM 20 LONAS.							6	6	R\$ 470,00	R\$ 2.820,00
9	CAMARA DE AR PATROL 14.00X24 COM 12 LONAS							6	6	R\$ 351,66	R\$ 2.109,96
10	CAMARA DE AR VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 900X20 TIPO SEM' CÂMARA, APLICAÇÃO ÔNIBUS 1313, VOLKSBUS MAN 15- 190 E VOLKSBUS MARCOPOLO 15-190.			20					20	R\$ 173,33	R\$ 3.466,60
11	CAMARA DE AR, MOTO BIZ, BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 60-100-17.	2		2		2			6	R\$ 41,66	R\$ 249,96
12	CAMARA DE AR, MOTO BIZ, BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 80-100-14.	2		2		2			6	R\$ 39,33	R\$ 235,98
13	PNEU DA PÁ CARREGADEIRA 20.5-25 L - 3 / 16 LONAS.							6	6	R\$ 6.396,66	R\$ 38.379,96
14	PNEU MOTO BIZ, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 60- 100-17.	2		2		2			6	R\$ 230,00	R\$ 1.380,00
15	PNEU MOTO BIZ, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 80- 100-14.	2		2		2			6	R\$ 300,00	R\$ 1.800,00
16	PNEU MOTO BROS SAÚDE, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 110- 90-17.				2				2	R\$ 358,33	R\$ 716,66
17	PNEU MOTO BROS SAÚDE, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 90-90- 19.				2				2	R\$ 340,00	R\$ 680,00
18	PNEU MOTO START SAÚDE, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 90-90- 18.				2				2	R\$ 325,00	R\$ 650,00
19	PNEU MOTO XL SAUDE, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 110- 80-21.				2				2	R\$ 390,00	R\$ 780,00

ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA

20	PNEU PARA RETRO ESCAVADEIRA 12 X 16,5 NHS DIANTEIRO.							4	4	R\$ 1.910,00	R\$ 7.640,00
21	PNEU PARA RETRO ESCAVADEIRA 19,5 L – 24 TUBES – TRAZEIRO.							4	4	R\$ 5.126,66	R\$ 20.506,64
22	PNEU PARA TRATOR CASE DIMENSÕES 13.00.24 DIANTEIRO.							2	2	R\$ 3.223,33	R\$ 6.446,66
23	PNEU PARA TRATOR CASE DIMENSÕES 18.4.34 TRASEIRO.							2	2	R\$ 5.646,66	R\$ 11.293,32
24	PNEU PARA TRATORES NEW ROLLAND DIMENSÕES 12.4.24 DIANTEIRO LOCAL PARA ENTREGA: UNIDADE LOCAL.							2	2	R\$ 2.823,33	R\$ 5.646,66
25	PNEU PARA TRATORES NEW ROLLAND DIMENSÕES 18.4.30 TRASEIRO LOCAL PARA ENTREGA: UNIDADE LOCAL.							2	2	R\$ 5.045,00	R\$ 10.090,00
26	PNEU PATROL 17.5-25 COM 20 LONAS.							6	6	R\$ 6.450,00	R\$ 38.700,00
27	PNEU PATROL 14.00X24 COM 12 LONAS.							6	6	R\$ 4.740,00	R\$ 28.440,00
28	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, DIMENSÕES 215/75 R16, TIPO LISO, APLICAÇÃO VEÍCULO VAN 16 LUGARES.	8							8	R\$ 1.000,00	R\$ 8.000,00
29	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, DIMENSÕES 225/65 R16, TIPO LISO, APLICAÇÃO AMBULANCIA FURGÃO.				8				8	R\$ 1.010,00	R\$ 8.080,00
30	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 175/70 R14, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, GOL.				6				6	R\$ 476,66	R\$ 2.859,96
31	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 185/60 R15, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, TOYOTA YARIS			8	8	8			24	R\$ 556,66	R\$ 13.359,84
32	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 195/65 R15, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, STRADA.							8	8	R\$ 556,66	R\$ 4.453,28

ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA

33	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 205/60 R15, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, AMBULANCIA E SPIM.				28				28	R\$ 586,66	R\$ 16.426,48
34	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 255/70 R17, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, RANGER		8						8	R\$ 1.283,33	R\$ 10.266,64
35	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 265/70 R16, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, FRONTIER NISSA		8						8	R\$ 1.260,00	R\$ 10.080,00
36	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA LEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 275/80 R 22.5 TIPO SEM' CÂMARA, APLICAÇÃO CAMINHÃO COLETOR DE LIXO VW / 13.190 WORKER. CAMINHÃO TOCO, ÔNIBUS 17.230 AZUL. 15.190.			16			8	8	32	R\$ 2.413,33	R\$ 77.226,56
37	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 900 R22 TIPO SEM' CÂMARA, APLICAÇÃO ÔNIBUS .			16					16	R\$ 1.793,33	R\$ 28.693,28

ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA

38	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 295 R80X22.5 TIPO SEM' CÂMARA, APLICAÇÃO ÔNIBUS , CAÇAMBA DO PAC 2 - 2729.							12	12	R\$ 2.706,66	R\$ 32.479,92
39	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 750 R16, TIPO COM CÂMARA 7.50-16, APLICAÇÃO VOLARE A6, ONIBUS NOVO.			10					10	R\$ 1.033,33	R\$ 10.333,30
40	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 215 75 R17.5, TIPO SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VOLARE A8, VOLKSBUS 8- 1, VOLKWAGEN THUDER 8-120, VOLARE V8, CAMINHÃO VW 9.170			24					24	R\$ 1.343,33	R\$ 32.239,92
									312		R\$ 444.236,22

4.14.1. DO VALOR TOTAL ESTIMADO: O valor total estimado das aquisições pelos períodos de **2021, 2022, e 2025** foram de **R\$ 444.780,00 para 2021, R\$ 753.338,70 para 2022 e R\$ 459.841,54 para 2025.**

Porém, para 2026 o estimado é de R\$ **444.263,22 (quatrocentos e quarenta e quatro mil duzentos e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos).** Ou seja, o valor ficou mais baixos que no estimado dos anos anteriores.

4.14.3. DA GARANTIA:

a) A empresa contratada arcará com a garantia dos produtos contra defeitos, pelo prazo de 3 (três) meses, contados após a entrega, ou havendo garantia de fabricante por prazo maior, prevalecerá a do fabricante.

b) Após a aquisição será emitido a nota fiscal que se dará de base na data da garantia, sendo que durante este prazo a contratada estará obrigada a substituir os produtos, sem quaisquer ônus adicionais para o contratante.

4.14.4. O Município poderá pedir análise do produto a qualquer tempo e sem aviso prévio aos credenciados.

4.15. RELAÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS:

PREFEITURA E SECRETARIAS VINCULADA, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ITEM	VEICULOS	PNEU	PLACA	SECRETARIA	ANO/MODELO
1	CAMIONETE NISSAN FRONTIER	245/70 R 16	RSA 8I40	ADM	2021/2021
2	CAMIONETE RANGER FORD	255/70 R 17	TVC1I73	GABINETE	2025/2026
3	VAN TETO ALTO	215/75 R 16	RSF 5D79	ADM	2020/2021
4	MOTO BIZ 110 BRANCA	60/100 R 17	QKE 9768	ADM/CONS. TUTE.	2016/2017
ITEM	VEICULO		PLACA	SECRETARIA	ANO/MODELO
5	ÔNIBUS	275/80 R 17.5	MWS 8415	EDUCAÇÃO	2009/209 INDUSCAR
6	MICRO-ÔNIBUS	215/75/ R 17.5	MXB 6854	EDUCAÇÃO	2009/2009 VOLARE
7	ÔNIBUS	900/20	OLL 1937	EDUCAÇÃO	2012/2013 15.190
8	ÔNIBUS	900/20	OLL 1927	EDUCAÇÃO	2012/2013 15.190
9	MICRO-ÔNIBUS	215/75/ R 17.5	QKJ 2123	EDUCAÇÃO	2017/2018 NEO BUS
10	HONDA MOTO/BIZ 110	60/100 R 17	QKE 9798	EDUCAÇÃO	2016/2017
11	HONDA MOTO/BIZ 110	60/100 R 17	QKE 9788	EDUCAÇÃO	2016/2017
12	ÔNIBUS NOVO	750/ R 16	QWA 9401	EDUCAÇÃO	VOLARE
13	ÔNIBUS NOVO	215/75/ R 17.5	QWE 7D63	EDUCAÇÃO	NEO BUS
14	ÔNIBUS NOVO	215/75/ R 17.5	QWE 7A58	EDUCAÇÃO	NEO BUS
15	ONIBUS VW MASCARELO ROMA	275/ R 22.5	QKE 2859	EDUCAÇÃO	2014/2014 VW
16	MICRO-ÔNIBUS	215/75/ R 17.5	OLL 4E42	EDUCAÇÃO	NEO BUS 8.180 24/24
17	YARIS TOYOTA	185/60 R 15		EDUCAÇÃO	2024/2025
18	VW POLO	185/60 R 15	TVC8G24	EDUCAÇÃO	2025/2026
ITEM	VEICULO		PLACA	SECRETARIA	ANO/MODELO

ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA

19	PATROL PAC 2	14.000 - 24		TRANSPORTE	
20	MOTONIVELADORA XCMG	17.5 - 25		TRANSPORTE	
21	PÁ CAREGADEIRA JOODE	20.5 - 25		TRANSPORTE	
ITEM	VEICULO		PLACA	SECRETARIA	ANO/MODELO
22	RETO ESCAVADEIRA XCMG	12- 16.5		AGRICULTURA	
23	RETO ESCAVADEIRA XCMG	12- 16.5		AGRICULTURA	
24	GRADE 14 DISCO CHLER	245/70 R 16		AGRICULTURA	
25	CARRETA DE TRATOR FACCHINI	750 R 16		AGRICULTURA	
26	CAMINHÃO CAÇAMBA 2729 - PAC-2	900 / 20	OYC 0522	AGRICULTURA	
27	TRATOR CASE	1300 / 24		AGRICULTURA	
28	TRATOR CASE	18.4-34		AGRICULTURA	
29	GRADE ARADORA 14 DISCO	245/70 R 16		AGRICULTURA	
30	GRADE ARADORA 14 DISCO	245/70 R 16		AGRICULTURA	
31	CAÇAMBA 13.190 TOCO DISTRIB. CALCARIO	275/80 R 22.5	QKE 3006	AGRICULTURA	
32	TRATOR AZUL NOVO NEW HOLLAND	12.4 - 24		AGRICULTURA	
33	STRADA	195/60 R 15	RSE5C17	AGRICULTURA	
34	TRATOR JONH DEERE 5080E			AGRICULTURA	
35	CAMINHA IVECO NOVO	TVB6B97		AGRICULTURA	2024 TECTOR 15-210
ITEM	VEICULO		PLACA	SECRETÁRIA	ANO/MODELO
36	TANQUE REBOQUE COM 4 RODAS COM MOTOR ACLOPADO.	245/70 R 16		MEIO AMBIENTE	
37	CAMINHÃO VW-13.190 (LIXO).	275/80 R 22.5	QKE 0389	MEIO AMBIENTE	2014/2014
ITEM	VEICULO		PLACA	SECRETÁRIA	ANO/MODELO
38	AMBULANCIA STRADA	205/60 R 15	RPD8B34	SAÚDE	2022/2022
39	AMBULANCIA STRADA	205/60 R 15		SAÚDE	2022/2022
40	AMB. FURGÃO RENALT MASTER	225/65 R16	SCY9F08		2021/2022
41	HONDA MOTO/NXR BROS 160	90/90 R 19	QKE 9878	SAÚDE	2016/2017
42	HONDA MOTO/NXR BROS 160	90/90 R 19	QKE 9868	SAÚDE	2016/2017
43	HONDA MOTO/BIS 110I	60/100 R 17		SAÚDE	2020/2020
44	HONDA MOTO/BIS 110I	60/100 R 17		SAÚDE	2020/2020
45	AMBULANCIA SAVEIRA	205/60 R 15	QKF 2048	SAÚDE	2016/2017
46	GOL 1.0 - BRANCO	175/70 R 14	QKK 7848	SAÚDE	2016/2017
47	HONDA MOTO/CG 160 START	90/90 R 18	QKF 2028	SAÚDE	2016/2017
48	SPIM 1.8 LTZ	205/60 R 15	QKF 2358	SAÚDE	2016/2017
49	YARIS TOYOTA	185/60 R 15		SAÚDE	2024/2025
ITEM	VEICULO		PLACA	SECRETÁRIA	ANO/MODELO

50	HONDA MOTO BIZ 110I	60/100 R 17	QKE 9858	SOCIAL	2016/2017
51	CAMINHÃO DELIVERY VW 9.170	215/R 17.5	QWF 1J60	SOCIAL	2020/2020
52	YARIS TOYOTA	185/60 R 15		SOCIAL	2024/2025

4.16. Os quantitativos informados, não necessariamente serão adquiridos em sua totalidade.

4.17. A quantidade estimada para o presente Credenciamento, relacionado neste Termo de Referência, serve apenas como orientação, não constituindo, sob hipótese alguma garantia de faturamento.

4.18. A Credenciada ficará obrigada a providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas referentes às condições firmadas neste Termo de Referência.

5. DA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

5.8. A solicitação de credenciamento deverá ser preenchida através de anexo pré-estabelecido para aceite dos preços formulados pela Administração Pública Municipal, sendo fixados por um período de 12 meses.

5.9. O valor fixado para cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, **podendo ser realizada em momentos distintos o que pode variar em possíveis alterações nos preços dos produtos.**

5.10. A vigência do contrato oriundo desse credenciamento será de até 12 meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o máximo permitido em Lei, especificamente com base na Lei nº. 14.133/2021, Art. 107:

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

5.4. O credenciado, caso o contrato venha a ser prorrogado, ficará sujeito a comprovação das mesmas condições habilitatórias do início do contrato.

6. CRITERIOS E MEDIÇÃO DE PAGAMENTOS

6.1. O pagamento será realizado após a entrega dos produtos, condicionada a apresentação de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e será depositado em conta bancária vinculada ao CNPJ informada pelo CONTRATADA.

6.2. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data do atesto das notas fiscais, sem incidência no período de qualquer reajuste ou correção de preço;

6.3. O atesto somente será efetuado; após verificação da conformidade do fornecimento, conforme especificações e certificações constantes neste termo de referência;

6.4. Consideram-se incluídas no preço proposto todas e quaisquer despesas, diretas e indiretas decorrentes da entrega do objeto;

6.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela Contratada, obrigatoriamente com o CNPJ apresentado na proposta comercial, na documentação para habilitação e no contrato firmado, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo que pertencente à filial ou matriz.

6.6. Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado;

6.7. O(s) credenciado(s) ficam obrigados a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro do prazo estipulado pela Fiscalização, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas nas execuções dos serviços.

6.9. A verificação da conformidade das especificações dos fornecimentos mensais ocorrerá no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento. Admitida a conformidade quantitativa e qualitativa, os fornecimentos serão recebidos definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do objeto.

6.10. Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam o recebimento e utilização adequada do resultado dos fornecimentos, estes serão rejeitados, no todo ou em parte, sem qualquer ônus para o Município Fátima - TO, devendo o fornecedor executar as devidas correções.

6.11. A Prefeitura e Fundos Municipais de Fátima através dos órgãos vinculados reserva-se ao direito de impugnar os fornecimentos executados, se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas desse Termo de Referência.

6.12. O não cumprimento das especificações e prazos de entrega estabelecidos pela Prefeitura e Fundos Municipais de Fátima, acarretará a aplicação das sanções previstas nas cláusulas de penalidade.

6.13. A contratada não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

7. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.9. A fiscalização da entrega do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

7.10. O profissional designado tem a incumbência de:

7.10.1. Conferir qualitativa e quantitativamente os serviços, recusando-os caso não estejam de acordo com as especificações técnicas desse Termo de Referência;

7.10.2. Proceder de forma criteriosa a sua conferência e recebimento;

7.10.3. Fornecer ao prestador qualquer tipo de esclarecimento quanto à característica, quantidade ou qualidade dos serviços contratados;

7.10.4. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados

7.10.5. Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.11. O prestador ficará sujeito a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração.

7.12. A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade do prestador para outras pessoas e/ou entidades.

7.13. A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade

ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade do Prefeitura Municipal de Fátima – TO.

7.14. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

7.15 Todas as ordens de serviços, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e o Credenciado serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais;

7.16. Das decisões da fiscalização poderá o Credenciado recorrer à Contratante, no prazo de cinco dias úteis, sem efeito suspensivo.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO/CONTRATADA

8.9. Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da Contratante;

8.10. Executar os fornecimentos conforme as especificações constantes desse Termo de Referência, cumprindo o prazo estabelecido;

8.11. Executar os fornecimentos no prazo e local estabelecidos nesse Termo de Referência;

8.12. Responsabilizar-se pela qualidade e durabilidade do resultado dos produtos fornecidos;

8.13. Permitir a fiscalização dos serviços pela Setor solicitante, em qualquer tempo, e mantê-lo permanentemente informado a respeito do andamento dos mesmos;

8.14. Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura Municipal de Fátima - TO, referentes às condições firmadas neste Termo de Referência;

8.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.16. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

8.17. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Fátima - TO e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

8.18. Comunicar a Prefeitura e Fundos Municipais de Fátima - TO, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.19. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da Prefeitura Municipal de Fátima - TO;

8.20. Prestar esclarecimentos a Prefeitura Municipal de Fátima - TO sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

8.21. Emitir Nota Fiscal/Fatura discriminada, legível e sem rasuras;

8.22. Emitir e apresentar certidão negativa/positiva com efeito de negativa de débitos da Receita Federal, Receita Estadual (Sefaz do Estado do prestador), Receita Municipal (emitida no município do prestador), Trabalhista e Certificado de Regularidade perante o FGTS;

8.23. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Fátima - TO, cujas reclamações se obriga a atender;

8.24. Qualquer dano causado ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Fátima - TO na execução dos serviços serão ressarcidos pelo prestador, salvo justificativa comprovada, que deverá responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos diretos e indiretos, inclusive despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do Termo de Referência e da Nota de Empenho.

8.25. Executar os termos do instrumento contratual, ou da ordem fornecimento de bens, em conformidade com as especificações básicas constantes do edital.

8.26. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse da CREDENCIADA ou de terceiros

de que tomar conhecimento em razão do fornecimento dos combustíveis.

8.27. Justificar ao órgão ou entidade contratante, eventuais motivos de força maior que impeçam a realização do fornecimento do bem, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual termo aditivo para alteração do prazo de execução.

8.28. Ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento.

8.29. Manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para o contratante de todos os documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado.

8.30. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.31. Demais obrigações avençadas em Termo Contratual, em observâncias a Lei nº 14.133/2021.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.9. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

9.10. Emitir a Ordem de Fornecimento;

9.11. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do fornecimento dos produtos, com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CREDENCIADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretiva;

9.12. Designar um gestor operacional para acompanhamento deste credenciamento, fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA;

9.13. Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Contratante efetuará o pagamento nas condições,

preços e prazos pactuados neste Termo de Referência;

9.14. A Prefeitura Municipal de Fátima - TO deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o prestador tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021, no Item 10 deste Termo de Referência e demais cominações legais;

9.15. Comunicar, por escrito, ao prestador o não-recebimento dos serviços, apontando as razões, quando for o caso, das suas não-adequações aos termos contratuais;

9.16. Proporcionar as condições para que o prestador possa cumprir as obrigações pactuadas.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.9. O(a) credenciado(a) ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

10.9.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.9.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.9.3. dar causa à inexecução total do contrato;

10.9.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.9.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.9.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.9.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.9.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.9.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.9.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.9.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.9.12.praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.10. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

10.10.1.advertência;

10.10.2.multa;

10.10.3.impedimento de licitar e contratar;

10.10.4.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.11.1.a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.11.2.as peculiaridades do caso concreto;

10.11.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.11.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.11.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.12. A sanção prevista na letra “a” do item 10.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 10.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.13. A sanção prevista na letra “b” do item 10.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 deste Termo de Referência, nos seguintes termos:

10.13.1.se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

10.13.2.se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

10.13.3.se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

10.13.4. se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

10.5 A sanção prevista na letra “c” do item 10.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.6 A sanção prevista na “d” do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 10.1 deste Termo de Referência, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 deste Termo de Referência que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 10.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.7 A sanção estabelecida na letra “d” do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste Termo de Referência será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

10.8 As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 10.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 10.2 (multa) deste Termo de Referência.

10.9 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.10 A aplicação das sanções previstas no item 10.2 deste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.11 Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 10.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.12 A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 10.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.13 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.14 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.15 As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

10.16 As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

11. DO PAGAMENTO

11.9. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Fátima - TO até o 5º (quinto) dia útil para empresas locais e 10º dia útil para empresas fora do município, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo profissional designado, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

11.10. O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

11.11. Caso o prestador seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

11.12. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao prestador, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo

para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura do Município de Fátima - TO.

11.13. Previamente à data do pagamento, o Departamento de Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do prestador.

11.14. Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à dos serviços são de responsabilidade do prestador, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

11.15. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida ao prestador.

11.16. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao prestador, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Fátima - TO.

12.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta aquisição estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Fátima - TO, para o exercício de 2026, e correrão por conta da seguinte previsão orçamentária:

MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO			
DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FICHA	FONTE
03.04.122.0002.2002	3.3.90.30	215	1.500.0000.000000
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			
DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FICHA	FONTE
03.04.122.0002.2004	3.3.90.30	24	1.500.0000.000000
MANUT. DA AGRICULTURA			
DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FICHA	FONTE
03.20.122.0002.2045 03.20.605.0002.1017 03.20.608.0002.2044 03.20.608.0002.2052	3.3.90.30	73	1.500.0000.000000
MANUT. DA SECRETARIA DE TRANSPORTES			
DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FICHA	FONTE
03.04.15.782.0002.2038	3.3.90.30	206	1.500.0000.000000
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE			
DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FICHA	FONTE

**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA**

03.04.18.541.0002.2039	3.3.90.30	142	1.500.0000.000000
------------------------	-----------	-----	-------------------

MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DE DESPESA	FICHA	FONTE
04.10.122.0005.2076	3.3.90.30	319	1.500.1002.000000 1.600.0000.000000

MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DE DESPESA	FICHA	FONTE
07.12.361.0004.2025	3.3.90.30	475	1.500.1001.000000
07.12.361.0004.2028			1.530.0000.000000
07.12.361.0004.2029			1.553.0000.000000
07.12.361.0004.2057			1.575.0000.000000

MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FICHA	FONTE
05.08.122.0003.2067	3.3.90.30	360	1.500.0000.000000

13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

13.1. As entregas serão pagas conforme relatórios dos fornecimentos e atestados pelos servidores designados pela Secretaria solicitante.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.9. Fica assegurado a Prefeitura Municipal e Fundos Municipais de Fátima - TO, o direito de proceder análises e outras diligências, a qualquer tempo, na extensão necessária, a fim de esclarecer possíveis dúvidas a respeito de quaisquer dos elementos apresentados no transcurso do processo.

14.10. Os interessados são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do credenciamento.

14.11. A autoridade competente poderá revogar o credenciamento por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que disso ocorra qualquer direito de indenização ou ressarcimento de qualquer natureza ao interessado.

14.12. O MUNICÍPIO DE FÁTIMA-TO, poderá, a qualquer tempo e na forma da lei, realizar novos credenciamentos, através da divulgação de um novo regulamento.

14.13. O edital ficará aberto pelo período de 12 (doze) meses, visando que,

possíveis interessados, possam vir a postular o seu credenciamento, desde que atenda aos critérios, estabelecidos, neste instrumento convocatório.

14.14. As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto deste credenciamento serão prestados pela Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Fátima-TO, por meio do e-mail: e-mail: cpl@fatima.to.gov.br. Maiores informações pelo telefone: (63) 3365-1337.

14.15. Vale ressaltar que o Edital para Credenciamento será devidamente divulgado, na imprensa oficial no município e no site do Município, e também no átrio do Paço Municipal.

Fátima – TO, 02 de março de 2023.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:	APROVO O TERMO DE REFERÊNCIA:
Data: 02/03/2026	Data: 02/03/2026
<p>SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</p> <p>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</p> <p>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</p>	<p>José Antonio Santos Andrade Prefeito Municipal</p>

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 15/2025

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº xxx/2025

MUNICÍPIO DE FÁTIMA - TO, CNPJ nº **00.114.801/0001-88**, com sede na Rua Porto Alegre, nº179, centro, Fátima – TO, representado neste ato pelo Sr. Prefeito **José Antonio Santos Andrade**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade: 319.794 2º via SSP/TO e CPF 708.163.871-68, residente e domiciliado na Cidade de FÁTIMA - TO;

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FÁTIMA – TO, CNPJ Nº 14.764.122/0001-69, com sede à Rua Porto Alegre Nº 179, Fátima – To, CEP:77555-000, representado por sua atual Gestora **Francisca Joilma Patrício Farias Andrade**, portadora do RG nº 761.990 2º via, CPF nº 010.674.181-05 residente e domiciliada na Cidade de Fátima-TO;

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 13.138.386/0001-44, sito à Rua Belo Horizonte, nº 150, centro, Fátima – TO, representado por sua gestora a Sra. **Maria Eunice Rodrigues Amorin**, brasileira, casada, portadora da RG Nº 3.135.621 2º via SSP-GO e CPF Nº 576.480.261-04, residente e domiciliada na cidade de Fátima – TO;

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ nº 30.550.527/0001-50, com sede na Rua Porto Alegre, nº179, centro, Fátima – TO, representada neste ato pelo Gestor o Sr. **Gerbson Cleyto Pereira Alves**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade: nº 242.699 2º via, portador do CPF nº 718.936.601-68, residente e domiciliado na cidade de Fátima TO, doravante denominados de **CREDENCIANTES**, e xxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxx, com sede à Rua xxxxx, nº xxxxxx, Bairro xxxxx, Cidade ---, CEP xxxxx, doravante denominado de **CREDENCIADO**, neste ato representada por xxxxxxxx, nacionalidade, profissão, portador da CI/RG nº xxxxx SSP/xxxx, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxx, acordam proceder ao presente contrato, nos termos da Inexigibilidade de Licitação nº xxxx/2025, Edital de Credenciamento nº xxx/2025, atendendo as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 Pelo presente instrumento, credencia-se a prestação, pelo Credenciado, de prestação de serviços de, na conformidade do especificado no Termo de Referência– Anexo I.

CLÁUSULA II – DO AMPARO LEGAL

2.1 A lavratura do presente instrumento decorre do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº xxx/2026, Edital de Credenciamento nº xxxx/2026, Processo Administrativo nº/2026.

2.2 Fazem parte deste instrumento, como se nele estivessem transcritas, as condições estabelecidas do Edital de Credenciamento nº xxx/2026, bem como seus Anexos.

CLÁUSULA III – DO REGIME DE FORNECIMENTO

3.1 O presente contrato tem como regime de execução o fornecimento de por preços unitários, com pagamento mensal, nos termos do Edital de regência e seus Anexos.

3.2 O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

3.3. Cada operação de fornecimento deverá gerar um registro individualizado contendo no mínimo:

- e) Tipo de produto;
- f) Custo unitário e total;
- g) Quantidade;
- h) Identificação do estabelecimento em que se operou o fornecimento com nome e CNPJ;

3.4. Os fornecedores credenciados deverão fornecer ao interessado uma via da operação de fornecimento do produto.

3.6. Apresentem sempre que solicitados, documentos que comprovem a procedência dos produtos.

3.7. Pratiquem preços para fornecimento dentro dos limites praticados no mercado.

3.8. Somente execute o fornecimento, após a devida autorização do Administrador, através de "Ordem de Serviço, posterior a assinatura do contrato.

3.9. As aquisições serão frequentes e parceladas, a depender da necessidade da administração, daqueles itens que atendem as necessidades públicas e da

disponibilidade financeira.

3.10. O fornecimento dos produtos para atender a veículos, máquinas e equipamentos, acontecerá através de empresas que disponham dos seguintes requisitos mínimos:

- a) Registro fiscal e jurídico regularizado;
- b) Capacidade técnica comprovada;
- c) Adequação às normas técnicas vigentes;
- d) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a Prefeitura;
- e) Atender com prioridade às solicitações da Prefeitura, para execução do fornecimento;
- f) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;
- g) Prestar serviços de forma regular e eficiente, disponibilizando profissionais qualificados para tanto;
- h) Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão, que ocorram durante a realização dos serviços, objeto deste contrato;
- i) Prestar os serviços em dias úteis e feriados das 24 horas por dia, face a necessidade de abastecimento;

3.11. O contratante efetuará o pagamento dos produtos efetivamente fornecidos, não se responsabilizando por qualquer tipo de "consumo mínimo" ou "utilização mínima".

CLÁUSULA IV – DO VALOR DE CADA ITEM DE CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Tabela abaixo estão previstas as descrições, quantidades e valores unitários de cada serviço a ser realizado pelo Credenciado, conforme demanda:

Item	Uni d.	Quant.	Descrição	Preço definido por serviços R\$	Preço definido total R\$

1.				R\$ xxxxxxxxxxxxx x	R\$ xxxxxxxxxxxxx x
----	--	--	--	---------------------------	---------------------------

4.1.1. O valor total máximo estimado a ser pago pela execução dos serviços é de R\$: (.....), a ser pago pela CONTRATANTE, em parcelas, mediante apresentação de Nota Fiscal que deverá ser conferida e atestada por servidor/responsável competente da Administração, e deverá ainda, estar acompanhada dos pedidos, devidamente assinada por servidor público municipal identificado e autorizado para tal.

OBS: Será empenhado somente o mes utilizado. Não tendo o Município a obrigação de comprar com todas as empresas credenciadas, e sim, somente de acordo com a demanda.

4.1 O valor fixado para cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, **podendo ser realizada em momentos distintos o que pode variar em possíveis alterações nos preços dos produtos.**

4.2 O pagamento será realizado após a entrega dos relatórios, condicionada a apresentação de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e será depositado em conta bancária vinculada ao CNPJ informada pelo CONTRATADA.

4.3 O prazo de pagamento será de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data do atesto das notas fiscais, sem incidência no período de qualquer reajuste ou correção de preço.

4.4 Os pagamentos serão creditados em conta corrente, por meio de ordem bancária, em favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

4.5 É encargo do Credenciado, quando da efetiva prestação dos serviços, todas as despesas relativas taxas, tarifas, tributos e demais despesas que porventura forem necessárias à prestação dos serviços, que não sejam obrigações da Credenciante.

4.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o Credenciado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Credenciante.

4.7 O Credenciado deverá zelar pelo adimplemento de seus tributos junto aos

devidos órgãos públicos, visando manter sua regularidade fiscal e trabalhista, condição sem a qual não será possível o pagamento da Nota Fiscal apresentada.

4.8 A Credenciante não efetuará qualquer pagamento adicional por outras despesas.

4.9 Os fornecimentos executados serão fiscalizados e atestados pela Secretaria solicitante, por servidor designado como fiscal pela Credenciante.

CLÁUSULA V – DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência deste contrato será de --- (---) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da lei 14.133/2021.

CLAUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES

6.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

6.1.1 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

6.1.2 Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.

6.1.3 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados com o objeto pactuado.

6.1.4 Informar, a cada Autorização de Fornecimento, as quantidades, dias, horários e demais informações necessárias à prestação dos serviços.

6.1.5 Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.

6.1.6 Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

6.1.7 Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada pagamento;

6.1.8 Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

6.1.9A Prefeitura Municipal de Fátima-TO, através da Secretaria solicitante, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Item 10 do Termo de Referência e demais cominações legais.

6.1.10 Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.11 Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.

6.2. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

6.2.1 Indicar, se for o caso, um preposto responsável pelo atendimento às demandas da Credenciante;

6.2.2. Executar os serviços conforme as especificações, prazos e características constantes do Termo de Referência, cumprindo prontamente as determinações que lhe forem dirigidas;

6.2.3 Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura Municipal de Fátima, referentes às condições firmadas neste contrato e no Termo de Referência;

6.2.4 Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria solicitante, em qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;

6.2.5 Manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições exigidas do momento do credenciamento;

6.2.6 Observar as normas e regulamentos relacionados com a prestação dos serviços;

6.2.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.2.8 Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

6.2.9 Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Fátima e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

6.2.10 Arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com manutenção e reparo de materiais e equipamentos próprios, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas na prestação dos serviços, não sendo admitida qualquer cobrança posterior em nome do Município de Fátima;

6.2.11 Comunicar a Prefeitura Municipal de Fátima, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data de início da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.2.12 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da Prefeitura do Município de Fátima;

6.2.13 Prestar esclarecimentos a Prefeitura Municipal de Fátima sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

6.2.14 Emitir Nota Fiscal discriminada, legível e sem rasuras;

6.2.15 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Fátima - TO, cujas reclamações se obriga a atender;

6.2.16 Qualquer dano causado ao patrimônio do Município de Fátima decorrente de culpa e/ou dolo do Credenciado ou de qualquer de seus empregados e prepostos, na execução dos serviços, será ressarcido pelo Credenciado, que será responsabilizado pelo ônus resultante de suas ações e omissões, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros e ligadas ao cumprimento deste contrato.

CLAUSULA VII – DAS SANÇÕES

7.1 O Credenciado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa;
- c)** impedimento de licitar e contratar;
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de

controle.

7.4 A sanção prevista na letra "a" do item 7.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra "a" do item 7.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.5 A sanção prevista na letra "b" do item 7.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato

licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 7.1 deste contrato, nos seguintes termos:

a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

7.6 A sanção prevista na letra "c" do item 7.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 7.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.7 A sanção prevista na "d" do item 7.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras "h", "i", "j", "k" e "l" do item 7.1 deste contrato, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 10.1 deste contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra "c" do item 7.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.8 A sanção estabelecida na letra "d" do item 7.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste contrato será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

7.9 As sanções previstas nas letras "a", "c" e "d" do item 7.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra "b" do item 7.2 (multa) deste contrato.

7.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Credenciado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.11 A aplicação das sanções previstas no item 7.2 deste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.12 Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 7.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.13 A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 7.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.14 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

7.15 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

7.16 As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

7.17 As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA VIII – DOS CASOS DE EXTINÇÃO

8.1 A extinção do presente Contrato poderá ser:

- a)** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b)** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c)** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula

compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

8.2 Serão observadas, ainda, as previsões dos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA IX – DOS CASOS OMISSOS

9.1 Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se supletivamente, quando for o caso, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA X – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

10.1 O Credenciado deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na assinatura do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA XI – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLAUSULA XII – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 O fornecimento do objeto deste contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado para esse fim pela autoridade competente, na condição de representante do Município de Fátima.

CLAUSULA XIII - DA PUBLICAÇÃO

13.1 O Município de Fátima encaminhará para publicação o extrato deste Contrato no Diário Oficial do Município até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Com exceção dos casos expressamente autorizados no Edital, o Credenciado somente poderá subcontratar o fornecimento do objeto com a prévia concordância

da Credenciante, ficando, neste caso, solidariamente responsável perante a Credenciante pelo fornecimento feito pela Subcontratada e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

CLÁUSULA XV – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

15.1 As despesas decorrentes do presente contrato estão programadas em dotações orçamentárias própria, previstas no orçamento do Município de Fátima-TO para o exercício de 2025, e serão indicadas no momento em que as adjudicações forem realizadas:

Dotação Orçamentária	Elemento da Despesa	Ficha	Fonte
.....

CLÁUSULA XVI – DO FORO

16.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro de Porto Nacional- TO, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2 E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas Partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito.

Fátima - TO, xxx de xxx de 2025.

JOSÉ ANTONIO SANTOS ANDRADE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FÁTIMA – TO
Francisca Joilma Patrício Farias Andrade
CONTRATANTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Maria Eunice Rodrigues Amorin
CONTRATANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Gerbson Cleyto Pereira Alves
CONTRATANTE



**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA**

XXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ/MF: xxxxx

REPRESENTANTE

CREDENCIADO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

15

ANEXO III – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES

A Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Fátima - TO

DADOS CADASTRAIS			
Nome empresarial:			
Endereço:		Cidade:	UF:
Telefone:	Celular:	E-mail:	
Banco:	Agência:	Conta Corrente:	
CNPJ:	Inscrição Estadual (se houver):		

xxxxxxxxx, conforme dados cadastrais acima, vem, por meio da presente, solicitar seu **Credenciamento de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de PNEUS E CÂMARA DE AR PARA A FROTA MUNICIPAL**, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social de Fátima – TO, conforme quantidades, discriminação, especificações e condições previstas no Termo de Referência, para atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Administração.

DECLARA, para os devidos fins:

1) QUE não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, VI, da Lei Federal 14.133/2021;

2) QUE até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação/credenciamento, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3) QUE recebeu todos os documentos e informações, sendo orientado acerca de todas as regras, direitos e obrigações previstas no Edital de Credenciamento nº 002/2026, acatando-as em sua totalidade;

4) QUE tem conhecimento dos fornecimentos para os quais solicita

credenciamento e que os realizará de forma satisfatória;

5) QUE tem conhecimento das formas de seleção e convocação para a prestação dos serviços, bem como das formas e condições de pagamento;

6) QUE concorda e aceita em fornecer os produtos para os quais se credencia pelos preços estipulados no Anexo I – Termo de Referência;

7) QUE dispõe ou disporá, quando da convocação, de equipamentos e materiais apropriados para a execução dos serviços e que os manterá em condições adequadas de uso, respeitando as normas e regulamentos aplicáveis aos serviços.

8) Itens a serem credenciados;

ITEM	MATERIAL DESCRIMINADO	QNT.
1	CAMARA DE AR DA PÁ CARREGADEIRA 20.5-25 L – 3.	6
2	CAMARA DE AR MOTO BROS SAÚDE, BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 110-90-17.	2
3	CAMARA DE AR MOTO START SAÚDE, BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 90-90-18.	2
4	CAMARA DE AR PARA RETRO ESCAVADEIRA 12 X 16.5 NHS DIANTEIRO	4
5	CAMARA DE AR PARA RETRO ESCAVADEIRA 19.5 L – 24 TUBELES – TRAZEIRO	4
6	CAMARA DE AR PARA TRATOR NEW ROLLAND DIMENSÕES 12.04.24 DIANTEIRO.	2
7	CAMARA DE AR PARA TRATOR NEW ROLLAND DIMENSÕES 18.4.30 DIANTEIRO.	2
8	CAMARA DE AR PATROL 17.5-25 COM 20 LONAS.	6
9	CAMARA DE AR PATROL 14.00X24 COM 12 LONAS	6
10	CAMARA DE AR VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 900X20 TIPO SEM' CÂMARA, APLICAÇÃO ÔNIBUS 1313, VOLKSBUS MAN 15-190 E VOLKSBUS MARCOPOLO 15-190.	20
11	CAMARA DE AR, MOTO BIZ, BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 60-100-17.	6
12	CAMARA DE AR, MOTO BIZ, BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 80-100-14.	6
13	PNEU DA PÁ CARREGADEIRA 20.5-25 L - 3 / 16 LONAS.	6
14	PNEU MOTO BIZ, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 60-100-17.	6
15	PNEU MOTO BIZ, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 80-100-14.	6
16	PNEU MOTO BROS SAÚDE, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 110-90-17.	2
17	PNEU MOTO BROS SAÚDE, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 90-90-19.	2
18	PNEU MOTO START SAÚDE, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 90-90-18.	2
19	PNEU MOTO XL SAUDE, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, 110-80-21.	2
20	PNEU PARA RETRO ESCAVADEIRA 12 X 16.5 NHS DIANTEIRO.	4
21	PNEU PARA RETRO ESCAVADEIRA 19.5 L – 24 TUBELES – TRAZEIRO.	4
22	PNEU PARA TRATOR CASE DIMENSÕES 13.00.24 DIANTEIRO.	2
23	PNEU PARA TRATOR CASE DIMENSÕES 18.4.34 TRASEIRO.	2
24	PNEU PARA TRATORES NEW ROLLAND DIMENSÕES 12.4.24 DIANTEIRO LOCAL PARA ENTREGA: UNIDADE LOCAL.	2
25	PNEU PARA TRATORES NEW ROLLAND DIMENSÕES 18.4.30 TRASEIRO LOCAL PARA ENTREGA: UNIDADE LOCAL.	2
26	PNEU PATROL 17.5-25 COM 20 LONAS.	6
27	PNEU PATROL 14.00X24 COM 12 LONAS.	6
28	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, DIMENSÕES 215/75 R16, TIPO LISO, APLICAÇÃO VEÍCULO VAN 16 LUGARES.	8
29	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, DIMENSÕES 225/65 R16, TIPO LISO, APLICAÇÃO AMBULANCIA FURGÃO.	8
30	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 175/70 R14, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, GOL.	6
31	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 185/60 R15, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, TOYOTA YARIS	24
32	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 195/65 R15, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, STRADA.	8
33	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 205/60 R15, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, AMBULANCIA E SPIM.	28
34	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 255/70 R17, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, RANGER	8
35	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES 265/70 R16, TIPO SEM CÂMARA, MODELO RADIAL. APLICAÇÃO, FRONTIER NISSA	8

**ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE FÁTIMA**

36	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA LEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 275/80 R 22.5 TIPO SEM' CÂMARA, APLICAÇÃO CAMINHÃO COLETOR DE LIXO VW / 13.190 WORKER. CAMINHÃO TOCO, ÔNIBUS 17.230 AZUL. 15.190.	32
37	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 900 R22 TIPO SEM' CÂMARA, APLICAÇÃO ÔNIBUS .	16
38	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 295 R80X22.5 TIPO SEM' CÂMARA, APLICAÇÃO ÔNIBUS , CAÇAMBA DO PAC 2 - 2729.	12
39	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO IMPRESSO, DIMENSÕES 750 R16, TIPO COM CÂMARA 7.50-16, APLICAÇÃO VOLARE A6, ONIBUS NOVO.	10
40	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO LAMEIRO, COM SELO DO INMETRO 5IMPRESSO, DIMENSÕES 215 75 R17.5, TIPO SEM CÂMARA, APLICAÇÃO VOLARE A8, VOLKSBUS 8-1, VOLKWAGEN THUDER 8-120, VOLARE V8, CAMINHÃO VW 9.170	24

Local e data.

Nome, identificação e assinatura do interessado